

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0334.2026.AC-69.PE.0201.SAD.ATI
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90201/2026****PREÂMBULO**

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação **João Guilherme Rangel de Carvalho**, designado por meio do **Ato nº 3.279/2024**, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia **04/10/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao **Documento de Abertura de Processo Licitatório (Doc. SEI 80521275)** da **Diretoria da Agência Estadual de Tecnologia da Informação**, e com a respectiva autorização do **Diretor Presidente**, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para a eventual prestação de serviços de **Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), para atender às demandas da **Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI)**.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação está agrupado em **lote único**, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.720.689,57 (Três milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: **4.4.90.40**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme item 2.5 do Termo de Referência (Anexo I);

3.4.10 Profissionais organizados em cooperativa na licitação, conforme item 2.6 do Termo de Referência (Anexo I);

3.4.11 Pessoa físicas na presente licitação, conforme item 2.7 do Termo de Referência (Anexo I).

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do **pregão**, através do Sistema PE-INTEGRADO.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado **na folha de rosto anexa a este Edital**, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 – A da

Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.

8.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4. A licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

8.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço **www.gov.br/compras**, salvo na situação prevista no item 8.9.

8.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto-fechado.

8.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Agente de Contratação encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item 8.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor ou maior desconto.

8.15. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item 8.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

9.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

9.2.2.2. empresas brasileiras;

9.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

10.5. No caso previsto no item 10.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;

- b)** permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c)** contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d)** apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e)** contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f)** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

12.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

12.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 11.3, e realizarem a negociação de que trata o item 10, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

12.10. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal

do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

13.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

13.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

13.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.9. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.3.12.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, , e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

13.3.12.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

13.4. Qualificação Técnica:

13.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em

nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.4.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito a prestação de serviços de **suporte e fornecimento de licenças de uso de soluções de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) ou soluções de segurança da informação de complexidade tecnológica e operacional equivalente, em ambiente corporativo, compatíveis com o objeto do Termo de Referência (Anexo I).**

13.4.1.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** das quantidades estimadas na licitação para o lote.

13.4.1.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de **50% (cinquenta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

13.4.1.4. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

13.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.4.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

13.4.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

13.4.1.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando

solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.5. Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

13.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante.

13.5.2.2. A certidão descrita no item 13.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

13.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

13.6. Documentos complementares

13.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

13.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

13.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.7.3.1. Se os documentos indicados no item 13.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 13.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

13.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar

de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

13.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 13.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação.

A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer

exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

13.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem **13.7.7**.

13.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

13.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

14.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema **COMPRAS.GOV**, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema **Compras.gov.br**.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

17.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

- a) houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;
- b) houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art.

38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

17.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

17.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo IV), no prazo de XX dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

18.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

18.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

18.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DO CONTRATO

19.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

20.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

20.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Multa;

20.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nos itens **20.2.2** e **20.2.3** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

20.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item **20.1.1** deste edital;

20.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$

2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens **20.1.2** e **20.1.3** deste edital;

20.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens **20.1.4**, **20.1.5**, **20.1.6**, **20.1.7**, **20.1.8** e **20.1.9** deste edital.

20.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

20.5.1. No cometimento da infração prevista no item **20.1.1**: de 6 a 12 meses;

20.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens **20.1.2** e **20.1.3**: até 6 meses;

20.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens **20.1.4**, **20.1.5**, **20.1.6**, **20.1.7**, **20.1.8** e **20.1.9**: de 03 a 6 anos;

20.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens **20.5** e **20.6**, deverão ser observadas:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

20.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

20.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

20.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

20.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da

condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

20.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

20.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

20.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **pregão** constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

21.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

21.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no **Compras.gov.br** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).
- e) Anexo V – Modelo de Folha de Rosto

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, XX de XXXXXXXX de XXXX.

João Guilherme Rangel de Carvalho

Agente de Contratação – AC 69

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA COM ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 0030409421.000021/2025-72

1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Formação de Registro de Preços para contratação eventual de prestação de serviços de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM), visando atender as necessidades da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lote único e descritos conforme quadro(s) constante no anexo D.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2 DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (itens 2, 8 e 9 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 7 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 16 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 11 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.4.2 Neste caso em concreto, em virtude da natureza do serviço a ser contratado, a opção pelo agrupamento dos itens em lote é a mais vantajosa

para a Administração, uma vez que a solução almejada é composta por uma ferramenta de marca específica, que deverá ser sustentada pelo prestador de serviço e operada por colaboradores da ATI, o agrupamento dos itens por lote garante que toda a solução contratada será entregue e sustentada por apenas um vencedor, trazendo benefícios para a gestão do contrato e possíveis intercorrências em que seja necessário acionar o prestador de serviço.

2.4.3 Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica, quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, conseqüentemente, o mais propício para promover maior vantajosidade para o Estado.

2.4.4 Dessa forma, entende-se que a licitação está disposta com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente serviço contínuo.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a solução almejada não configura grande complexidade a ponto de ensejar a união de esforços para realizar a entrega da solução. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois o valor considerado não se configura como grande vulto.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, tendo em vista que os serviços a serem contratados apresentam características que demandam atuação coordenada, integrada e sob responsabilidade única, com capacidade técnica comprovada, estrutura organizacional própria e vínculo empregatício ou contratual direto com os profissionais envolvidos. Essas exigências não se compatibilizam com a forma de organização típica das cooperativas, baseada na autogestão e na ausência de subordinação jurídica entre seus membros. Adicionalmente, a contratação de cooperativas para serviços com características contínuas ou que exijam supervisão direta e padronização operacional tem sido objeto de restrições por parte dos órgãos de controle, sob o risco de configurar terceirização irregular. Tal risco comprometeria a segurança jurídica do contrato e o

atendimento aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que o objeto contratual envolve o fornecimento de licenças de software corporativo, suporte técnico especializado, atualizações contínuas e responsabilidade contratual por serviços associados à segurança da informação. A execução exige estrutura empresarial formalmente constituída, com capacidade de emitir nota fiscal, assumir obrigações contratuais, manter equipe técnica dedicada e oferecer garantias operacionais ao longo de 60 meses. Além disso, a prestação do serviço demanda atendimento a padrões normativos e operacionais que não podem ser exigidos legalmente de uma pessoa física, sendo imprescindível a atuação de empresa qualificada.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a prestação dos serviços, deve-se observar as seguintes especificações:

3.1.2 A solução deverá gerenciar todo o ambiente sem a necessidade de instalação de agentes ou qualquer software nos sistemas-alvos ou dispositivos de rede;

3.1.3 A solução deverá gerar vídeos ou logs de textos das sessões realizadas através da solução, armazenados em repositório seguro, criptografado e protegido contra qualquer alteração que comprometa a integridade dessas evidências;

3.1.4 A solução deverá gerar automaticamente senhas de alta complexidade de acordo com as regras de cada tecnologia e Política de Segurança da Instituição;

3.1.5 Tanto appliances quanto sistemas operacionais que compõe a solução devem seguir padrões de “hardening” atualizados constantemente pelo fabricante da solução;

3.1.6 A solução deverá fornecer Banco de Dados como parte integrante da solução;

3.1.7 A solução deverá utilizar um banco de dados com as melhores práticas de segurança, deve estar em ambiente “hardenizado”, com mecanismo de blindagem e criptografia do sistema operacional e documentação que comprove a contemplação destes requisitos;

3.1.8 A solução deverá possibilitar a utilização de criptografia do banco de dados utilizado pela solução, para armazenar as senhas das credenciais gerenciadas por ela, devendo ainda ser compatível com pelo menos um dos seguintes métodos e padrões de criptografia:

- a) AES com chaves de 256 bits;
- b) FIPS 140-2;
- c) Encriptação PKCS#11 ou superior por hardware utilizando dispositivos de HSM devidamente homologados pelo fabricante para a solução ofertada;

- d) Para geração de hash, deve permitir a utilização do algoritmo SHA-256 ou variações superiores da família SHA-2;
- 3.1.9 A solução deverá prover mecanismos de criptografia de usuário e senha para conexão com base de dados;
- 3.1.10 A solução não deverá trafegar dados sensíveis em texto claro;
- 3.1.11 A solução deverá prover mecanismos de criptografia para informações sensíveis armazenadas em banco de dados compatível com o padrão AES com chaves de 256 bits;
- 3.1.12 A interface da solução, no acesso via navegador web, deverá utilizar o protocolo HTTPS;
- 3.1.13 O backup/restore de todos os dados e configurações da solução deve estar incluso e deve permitir ao administrador agendar backups para determinada data e hora e exportá-los para um servidor remoto;
- 3.1.14 A solução deverá manter a persistência de todos os relatórios e arquivos históricos, incluindo gravações de sessão, sem necessidade de restauração de backup, por pelo menos 90 (noventa) dias;
- 3.1.15 A solução deverá permitir retenção em backup de relatórios e logs da aplicação por pelo menos 2 (dois) anos;
- 3.1.16 A solução deve permitir retenção em backup das gravações de sessão por pelo menos 1 (um) ano;
- 3.1.17 O arquivo de backup não deverá conter nenhuma informação de conta e senha em texto claro;
- 3.1.18 No backup da chave mestra, ela deve poder ser dividida pelo sistema por uma quantidade parametrizada de partes, de modo que não permita a visualização do todo por uma única pessoa, mas apenas a parte devida a cada uma delas;
- 3.1.19 A solução deverá possibilitar a replicação em outros Data Centers;
- 3.1.20 No caso de falha de um dos servidores do cluster de cofre de senhas de alta disponibilidade local, cada um dos servidores deve tratar todas as requisições de acesso, sem nenhum prejuízo no desempenho ou nas funcionalidades;
- 3.1.21 Alterações realizadas no cluster de cofre de senhas de alta disponibilidade local deve ser automaticamente replicadas para os outros servidores de redundância, de forma síncrona e com delay máximo de 50ms;
- 3.1.22 Utilizar tecnologia de restrição e autenticação que inclua Assinatura Digital (Hash), e endereço IP do host ou conjunto de hosts a serem acessados pela solução;
- 3.1.23 A solução deve permitir compatibilidade com, no mínimo, os seguintes padrões: ISO 27001, PCI, SOX, GDPR, PQO BM&F, para implementação de controles de acesso a credenciais privilegiadas;
- 3.1.24 Possibilidade de comunicação com os serviços de diretório via protocolo LDAPS;
- 3.1.25 Suportar sincronização do relógio interno via protocolo NTP;
- 3.1.26 A solução deve possuir interface única, na mesma solução, para o gerenciamento de senhas e sessões;
- 3.1.27 A solução deve oferecer o provisionamento e gerenciamento de todas as contas privilegiadas, incluindo contas para a administração de aplicações

de negócio, bancos de dados e dispositivos de redes, não se limitando apenas às contas de sistemas operacionais de servidores;

3.1.28 A solução deverá realizar sincronismo de data e relógio via protocolo NTP (Network Time Protocol) ou por meio do serviço de data e hora do sistema operacional;

3.1.29 A solução deverá prover mecanismos de atualização de segurança;

3.1.30 Ter uma console de configuração unificada para gerenciamento de contas e ativos agregados ao cofre de senhas;

3.1.31 Permitir o backup e o recovery de seu banco de dados, bem como das configurações de software estabelecidas, com as seguintes capacidades;

3.1.32 Permitir a execução de tarefas de backup e criptografia sem a necessidade de agentes de terceiro, provendo assim o maior nível possível de segurança e integridades dos dados a serem copiados;

3.1.33 Permitir a execução de backups automatizados através da programação/agendamento;

3.1.34 Permitir, através de interface gráfica, que administradores possam configurar as integrações com dispositivos e/ou plataformas que não são disponibilizadas nativamente, sem a necessidade de serviços profissionais de terceiros;

3.1.35 Extrair backups do sistema, logs e vídeos além das credenciais para um servidor localizado em Data Centers remotos caso seja necessário para restaurar todas as configurações e os dados da solução de cofre de senhas;

3.1.36 A solução deve permitir que você finalize todas as sessões em andamento, bloqueie o acesso a dispositivos predefinidos ou bloqueie todo o acesso a ele por um período definido;

3.1.37 Para o gerenciamento de senhas:

a) solução deve permitir parametrização, pelo administrador, de políticas de senha por grupos de ativos, plataformas ou níveis de criticidade, com definição de quantidade de caracteres, uso de letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais previamente permitidos, vedação de caracteres repetidos quando aplicável, geração aleatória e vedação de senhas baseadas em palavras de dicionário;

b) Gerenciar chaves SSH e fazer Scan de servidores Linux e identificação e publicação de chaves SSH;

c) Realizar a troca automática das senhas, em horário programado, após terem sido liberadas para uso ou por vencimento de prazo;

d) Consolidação periódica de senhas para identificar senhas que foram alterados em sistema gerenciados;

e) Possibilidade de gerenciar senhas privilegiadas em aplicações e integração com sistemas legado;

f) Fornecer uma área de transferência segura, para que o solicitante possa visualizar ou copiar a senha na tela de login do sistema de destino;

g) Liberação ou revogação de todos os acessos de uma determinada credencial de maneira automatizada e imediata;

h) Notificar, via e-mail ou SMS, novas solicitações de aprovação de acesso aos respectivos responsáveis pelas credenciais;

i) Permitir o monitoramento on-line do uso das contas e desligamento da sessão;

- j) Oferecer interface com visão personalizada exclusiva para Auditorias e Órgãos Reguladores, contendo os dispositivos e credenciais gerenciadas pela solução;
- 3.1.38 Apresentar o recurso "break glass" para acesso de emergência às contas, ou seja, permitirá acesso a ativos protegidos de forma emergencial, sem a necessidade de aprovação prévia em contas no qual o usuário não teria acesso, sem perda de rastreabilidade;
- 3.1.39 Possibilidade de bloqueio de comandos específicos, com opção de interromper a sessão caso o usuário execute um comando indevido;
- 3.1.40 Buscar por comandos específicos executados pelo usuário através de linha de comando em logs ou sessões gravadas;
- 3.1.41 Configuração de alertas imediatos quando realizados determinados comandos por usuários privilegiado;
- 3.1.42 Possibilidade de geração de relatórios baseados nos logs e exportá-los para arquivos em formato ".csv";
- 3.1.43 A funcionalidade deve permitir que o administrador configure a comunicação com aplicações de terceiros utilizando scripts, macros, chamadas executáveis, linguagens de programação diversas e aceite protocolos variados incluindo, no mínimo, RPC, WinRM, SSH, API REST HTTP/HTTPS;
- 3.1.44 As senhas geradas automaticamente pela solução de cofre de senhas devem seguir, pelo menos, os seguintes requisitos:
- a) Poder determinar a quantidade de caracteres;
 - b) Ser composta por números, letras maiúsculas, letras minúsculas e por caracteres especiais;
 - c) Poder ser pré-definidas quais caracteres especiais poderão ser utilizados;
 - d) Aleatórias de modo que dentro do histórico de uma conta seja improvável encontrar duas senhas iguais;
 - e) Não seja baseada em palavra de dicionário;
- 3.1.45 A solução deve permitir a criação de políticas de senhas de forma hierárquica ou em níveis de segurança, possibilitando a criação de senhas diferenciadas para grupos de ativos de diferentes plataformas ou criticidades;
- 3.1.46 Possuir mecanismo para exportar arquivo com as últimas senhas para repositório remoto, de forma criptografada e protegida por senha de dupla custódia para recuperação de senhas no caso de falha total da solução;
- 3.1.47 A solução deve possibilitar políticas de senha que impeça a visualização simultânea de credenciais, sessões, bem como também configurar o tempo de expiração das senhas baseadas por visualização e data de expiração. Também deve ser possível escolher dias específicos da semana e horários que as credenciais poderão expirar;
- 3.1.48 A solução deve gerenciar senhas privilegiadas de aplicações, de modo a evitar situação de senhas embutidas em códigos-fonte;
- 3.1.49 A solução deve ter a capacidade de gerenciar credenciais que estejam em sistemas localizados em múltiplas localidades geográficas ou domínios distintos;
- 3.1.50 A solução não deverá depender da instalação de agentes para realizar a troca de senhas;

3.1.51 Check out/Check In de credencial: A solução deve redefinir a credencial (senha) no ambiente para os casos de visualização da senha pelo solicitante nos processos de checkout de credencial;

3.1.52 A solução deve ter a capacidade de realizar a reconciliação de credenciais automaticamente;

3.1.53 Para a rotação de senhas:

- a) Troca automática de senhas para Servidores (Unix, Linux, Windows), Bancos de Dados (MS SQL, ORACLE, MYSQL, PostgreSQL), Aplicações Web, Dispositivos de Rede, Mainframe;
- b) A solução deverá realizar a troca automática da senha da ligação entre servidores MS SQL server com Linked Servers;
- c) Geração automática de senhas de força/complexidade de acordo com as regras de cada tecnologia e Política de Segurança da empresa;
- d) Flexibilidade para configuração de força de senha gerada;
- e) Realizar a troca automática das senhas, em horário programado, após terem sido liberadas para uso ou por vencimento de prazo;
- f) Possibilidade de gerenciar senhas privilegiadas em aplicações e integração com sistemas legado;
- g) Possibilidade de executar trocas de senhas por meio de automações que interagem com páginas web, tanto para sistemas externos e conhecidos, como para sistemas internos desenvolvidos por equipes internas;
- h) Armazenamento de histórico de senhas por equipamento;
- i) Registro de troca executadas;
- j) Relatório de acompanhamento de trocas;
- k) Relatório de erros de trocas;
- l) Alertas de falha ou sucesso de trocas;
- m) Possibilidade de reconfiguração/customização de scripts ou plugin de troca de senhas para configuração de casos que exijam parâmetros específicos para rotação de senhas;
- n) Configuração de políticas de trocas de senhas com agendamento programado ou por ocorrências de eventos com especificação de parâmetros de prazo para a troca;
- o) Disponibilizar os Templates de troca de senha de forma que possam ser abertos, editáveis e auditáveis;
- p) Templates com linguagem acessível e fácil interpretação;
- q) Rastreabilidade de Alteração de Template;
- r) Troca de senhas em aplicações HTTP/HTTPS com templates;

3.1.54 Para o controle de Acesso:

- a) A solução deve ser capaz de limitar a execução de comandos críticos pelos usuários cadastrados;
- b) A solução deve ser capaz de prover acesso externo sem a necessidade de instalação de Agent ou utilização de VPN;
- c) A solução deve permitir o controle de execução de comandos críticos por, pelo menos, “whitelist” e “blacklist”;
- d) A solução deve permitir o início e a condução de sessões dentro do próprio navegador, dispensando o uso de clients externos como o mstsc.exe e o putty.exe;
- e) A solução deve possuir tempo de expiração de sessão configurável pelo

administrador do sistema;

f) A solução deve suportar a desconexão da sessão por atividade/uso indevido de comandos pré cadastrados no sistema;

g) A solução deve permitir a criação de grupos de usuários;

h) Bloqueio ou alerta de comandos com alertas, interrupção de sessão ou apenas o registro de execução - Baseado em blacklist;

i) Bloqueio ou alerta de comandos com alertas, interrupção de sessão ou apenas o registro de execução - Baseado em whitelist;

3.1.55 Possibilidade de bloqueio e auditoria de comandos específicos;

3.1.56 Buscar por comandos específicos executados pelo usuário através de linha de comando em logs ou sessões gravadas;

3.1.57 Configuração de alertas imediatos quando realizados determinados comandos por usuários privilegiado;

3.1.58 Marcação de pontuação de comandos de acordo com nível de risco de cada comando;

3.1.59 A solução deve permitir a atribuição de privilégios a grupos de usuários, associados a um ou mais alvos gerenciados;

3.1.60 A Solução deve permitir integração com ferramentas de gestão de incidentes (ITSM) para validar tickets abertos durante processo de aprovação de acesso;

3.1.61 A solução deve permitir acesso simultâneo ao cofre de senhas e as contas privilegiadas por dois ou mais usuários;

3.1.62 A solução deve viabilizar a segregação de funções entre usuários de uma mesma aplicação gerenciada;

3.1.63 A solução deve fornecer funcionalidade para revogar imediatamente todas as sessões remotas para um usuário conectado;

3.1.64 A solução deve permitir acesso simultâneo à credenciais privilegiadas por dois ou mais usuários;

3.1.65 Acessos simultâneos a credenciais, senhas e dispositivos não devem possuir comprometimento da rastreabilidade;

3.1.66 Possibilitar via script, a criação de novos conectores baseado em acessos SSH e RDP, para que seja possível suportar novas interfaces de autenticação de ativos;

3.1.67 A solução deverá permitir o gerenciamento e monitoramento de sessões do Microsoft Azure;

3.1.68 Ser compatível com sistemas operacionais: Windows Server 2008 ou superior, Red Hat Enterprise, Debian, CentOS, IBM zOS, Solaris, Ubuntu Server;

3.1.69 Ser compatível com aplicações windows: contas de serviço e pools de aplicações do IIS;

3.1.70 Ser compatível com sistemas gerenciadores de bancos de dados: Oracle, Oracle RAC, MSSQL, MySQL, Sybase ASE e IQ, MongoDB, PostgreSQL;

3.1.71 Ser compatível com appliances de segurança: Cisco, IBM, SourceFire;

3.1.72 Ser compatível com dispositivos de rede: Cisco, D-Link, HP, 3com, Alcatel, Foundry, Brocade, ARUBA, Huawei;

3.1.73 Ser compatível com aplicações: WebLogic, JBOSS, Tomcat, Peoplesoft, Oracle Application Server, Apache e IIS;

3.1.74 Ser compatível com serviços de Diretórios: AD, LDAP;

- 3.1.75 Ser compatível com ambientes virtuais: VMware e Openstack;
- 3.1.76 Ser compatível com storages: Hitachi, Isilon, EMC, Huawei, Netapp, Pure Storage e IBM;
- 3.1.77 Ser disponibilizado um SDK (Software Development Kit) ou API (Application Programming Interface) que pode ser configurado para permitir que aplicações clientes possam:
- a) Solicitar credenciais e dispositivos;
 - b) Cadastro e alteração credenciais e dispositivos;
 - c) Solicitar chaves SSH;
 - d) Cadastro e alteração de chaves SSH;
- 3.1.78 Ser compatível com aplicações em nuvem como Rackspace, IBM SmartCloud, Microsoft Azure, Hyper-V, Google Cloud Platform, GoGrid, VMware vCenter Server, Amazon AWS. Cadastro de Ativos:
- a) Cadastro de equipamentos parametrizado manualmente;
 - b) Atributos como Marca, Modelo, Fabricante, Localidade, Grupo abertos para configuração do administrador da ferramenta independente do fabricante;
- 3.1.79 A solução deve armazenar senhas para aplicações e serviços online;
- 3.1.80 A solução deve armazenar documentos e arquivos;
- 3.1.81 A solução deve armazenar notas;
- 3.1.82 A solução deve possuir registro de acesso a informações privilegiadas;
- 3.1.83 A solução deve ter a possibilidade de compartilhar informações com outros usuários;
- 3.1.84 A solução deve possuir APIs para gerenciar itens do cofre;
- 3.1.85 A solução deve guardar diferentes versões de um segredo que possam ser restauradas;
- 3.1.86 A solução deve oferecer importação em lote de senhas, notas, documentos e arquivos;
- 3.1.87 A solução deve oferecer migração das informações do LastPass;
- 3.1.88 A solução deve possuir um dashboard administrativo com opções de ambiente;
- 3.1.89 A solução deve possuir uma extensão de navegador para Google Chrome;
- 3.1.90 Utilizando a extensão deve ser possível salvar senhas diretamente do website acessado;
- 3.1.91 A solução deverá ser flexível no processo de aprovação para o acesso a contas privilegiadas (acessos pré-aprovados, acessos com aprovação única e acessos com aprovações multiníveis);
- 3.1.92 A solução deverá permitir a configuração de fluxos de aprovação diferenciados por criticidade e características da conta, como contras privilegiadas e contas de uso por terceiros;
- 3.1.93 A solução deverá permitir a alteração, por parte do aprovador, do período de acesso solicitado por um usuário;
- 3.1.94 Caso uma solicitação de acesso seja aprovada, a sessão e o privilégio concedido deverão expirar automaticamente ao final do período autorizado;
- 3.1.95 O acesso ao fluxo de solicitação e aprovação deve ser possível de ser realizado de forma remota e segura;

- 3.1.96 A solução deve possuir função para revogar todos os acessos de uma pessoa de maneira imediata;
- 3.1.97 A solução deve oferecer um campo para que seja inserido um número identificador de demanda ou mudança ao qual o acesso estará associado;
- 3.1.98 A solução deve oferecer interface para usuários e auditores, provendo mecanismos de controle de acesso flexíveis para criar visões/grupos personalizados de dispositivos gerenciados e contas privilegiadas;
- 3.1.99 A solução deverá prover mecanismo de acesso emergencial a saque de senhas cadastradas na solução;
- 3.1.100 O acionamento do acesso emergencial deve notificar os aprovadores via e-mail ou pela interface da ferramenta.

3.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.2.1 Os serviços descritos neste termo de referência serão prestados nos locais e horários indicados pela contratante;
- 3.2.2 O início da prestação do serviço deve se dar no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço;
- 3.2.3 A Ordem de Serviço poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Serviço subsequentes;
- 3.2.4 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega das licenças/solução em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- 3.2.5 A entrega das licenças será realizada de forma integral, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação da Ordem de Serviço.
- 3.2.6 O objeto será recebido:
- 3.2.6.1 Provisoriamente, pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 15 (quinze) dias corridos, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços;
- 3.2.6.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório.
- 3.2.6.2.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 3.2.7 O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados.
- 3.2.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3 DO SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE

3.3.1 Todas as licenças deverão ser emitidas pelo Fabricante, com respectivos pacotes de atualização e garantia;

3.3.2 Deverá realizar a atualização da versão da solução sempre que for disponibilizada uma nova versão ou release pelo fabricante, devendo o serviço ser executado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a liberação da atualização, salvo por justificativa técnica formalmente aceita pela Administração;

3.3.3 Deverá disponibilizar patches corretivos;

3.3.4 Todas as licenças deverão ser emitidas para uso perpétuo, ou seja, após os 60 (sessenta) meses de atualização e garantia, os produtos continuarão a ser utilizados pelo CONTRATANTE, independentemente de serem ou não adquiridos pacotes de atualização e suporte técnico para os períodos subsequentes;

3.3.5 Todos os produtos deverão ser fornecidos em sua versão/release mais recente;

3.3.6 A cada nova versão, a CONTRATADA deverá fornecer manuais de uso atualizados da solução, caso existam;

3.3.7 A CONTRATANTE deverá ter como opção executar ou não as atualizações de softwares disponibilizadas.

3.4 DOS SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

3.4.1 Os serviços poderão ser prestados pela CONTRATADA ou pelo fabricante da solução, sem prejuízo a responsabilidade integral da CONTRATADA quanto aos atendimentos dos níveis de serviço;

3.4.2 Entende-se por “Suporte” ou “Manutenção”, doravante denominada unicamente como “Suporte”, toda atividade do tipo “corretiva” não periódica que variavelmente poderá ocorrer, durante todo o período de garantia. A mesma possui suas causas em falhas e erros no Software/Hardware e trata da correção dos problemas atuais e não iminentes de fabricação dos mesmos. Este “Suporte” inclui os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e produtos ofertados, tais como:

3.4.2.1 Do software: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas de desenvolvimento do software, atualização da versão de software, correção de defeitos de desenvolvimento do software, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas do fabricante para os recursos utilizados;

3.4.2.2 Quanto às atualizações pertinentes aos softwares: Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a solicitação de atualização de tais versões ocorra durante o período de garantia do contrato.

3.4.3 A CONTRATADA fornecerá e aplicará pacotes de correção, em data e horário a serem definidos pela CONTRATANTE, sempre que forem encontradas falhas de software (bugs) ou falhas comprovadas de segurança em software ou firmware dos aparelhos que integrem o objeto do contrato.

3.4.4 É facultado a CONTRATADA a execução, ao seu planejamento e disponibilidade, de “Suporte” do tipo “preventiva” que pela sua natureza

reduza a incidência de problemas que possam gerar “Suporte” do tipo “corretiva”. As manutenções do tipo “preventiva” não podem gerar custos ao CONTRATANTE.

3.4.5 A manutenção técnica do tipo “corretiva” será realizada sempre que solicitada pelo CONTRATANTE por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa CONTRATADA (ou a outra informada pela CONTRATADA) via telefone (com número do tipo “0800”) ou Internet ou e-mail ou fac-símile ou outra forma de contato;

3.4.6 Os serviços de “Suporte” incluem:

3.4.6.1 Solução de problemas relativos à indisponibilidade da solução decorrentes de problemas de fabricação e desenvolvimento;

3.4.6.2 Solução de falhas ou defeitos no funcionamento, incluindo a instalação de arquivos para correção dos erros;

3.4.6.3 Esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e operação da solução;

3.4.6.4 Instalação de novas versões ou atualizações e patches, quando disponibilizados pelo Fabricante;

3.4.7 A CONTRATADA deve disponibilizar a central de atendimento 24 horas por dia, 7 dias da semana (incluindo feriados) e equipe com conhecimentos sólidos no funcionamento e operação da solução de gestão.

3.4.8 O serviço de “Suporte” deve disponibilizar os seguintes tipos de atendimento:

3.4.8.1 Nível I - Atendimento Telefônico (Help Desk): chamados abertos através de ligação telefônica ou e-mail ou outra forma de contato, em regime de 24x7: 24 horas por dia, 7 dias da semana (incluindo feriados). Esse serviço deve atender demandas dos usuários referentes ao funcionamento da solução, que decorram de problemas de funcionamento.

3.4.8.2 Nível II - Atendimento remoto: atendimento remoto de chamados de suporte técnico através de tecnologia disponibilizada pela CONTRATANTE, mediante prévia autorização e seguindo os padrões de segurança da CONTRATANTE, objetivando análise e solução remota dos problemas apresentados.

3.4.8.3 Nível III - Atendimento Presencial (On-Site): atendimentos técnicos realizados nas dependências do CONTRATANTE, através de visita de técnico especializado, com a finalidade de resolver demandas abertas no Help Desk e não solucionadas pelo Atendimento Telefônico e/ou Remoto.

3.4.9 Todo “Suporte” deve ser solicitada inicialmente via Help Desk (Nível I), ficando a transferência do atendimento para o Atendimento Remoto (Nível II) condicionado à autorização da CONTRATANTE.

3.4.10 Todo “Suporte” solicitado inicialmente via Help Desk (Nível I), deve ser transferido para o Atendimento Presencial (Nível III) quando o atendimento do Help Desk não for suficiente para solução do problema sem a intervenção presencial de um técnico.

3.4.11 Os prazos para a prestação dos serviços devem garantir a observância ao atendimento do seguinte Acordo de Níveis de Serviços (ANS) e sua SEVERIDADE:

3.4.11.1 SEVERIDADE: URGENTE – Solução totalmente inoperante.

- 3.4.11.1.1 Prazo máximo de início de atendimento de até 04 horas úteis contadas a partir do horário de abertura do chamado;
- 3.4.11.1.2 Prazo máximo de resolução do problema de até 24 horas úteis contadas a partir do início do atendimento.
- 3.4.11.2 SEVERIDADE: IMPORTANTE – Solução parcialmente inoperante – Necessidade de suporte na solução com a necessidade de interrupção de funcionamento da solução.
- 3.4.11.2.1 Prazo máximo de início de atendimento de até 24 horas úteis contadas a partir do horário de abertura do chamado;
- 3.4.11.2.2 Prazo máximo de resolução do problema de até 48 horas úteis contadas a partir do início do atendimento.
- 3.4.11.3 SEVERIDADE: NORMAL – Solução não inoperante mas com problema de funcionamento – Necessidade de suporte na solução sem a necessidade de interrupção de funcionamento da solução.
- 3.4.11.3.1 Prazo máximo de início de atendimento de até 48 horas úteis contadas a partir do horário de abertura do chamado;
- 3.4.11.3.2 Prazo máximo de resolução do problema de até 96 horas úteis contadas a partir do início do atendimento.
- 3.4.11.4 SEVERIDADE: EXTERNO – Solução inoperante, de forma parcial ou total, fruto de falha de elemento de hardware e/ou software não fornecido pela CONTRATADA. Neste caso, ficam suspensos todos os prazos de atendimento até que a CONTRATANTE resolva os problemas externos que provocam a inoperância da solução. Após a CONTRATANTE disponibilizar o ambiente de forma estável para a reativação da solução, a CONTRATADA realizará avaliação da extensão do dano a solução e as partes definirão em comum acordo o prazo para a reativação da solução.
- 3.4.11.5 SEVERIDADE: INFORMAÇÃO – Solicitações de informações diversas ou dúvidas sobre a solução.
- 3.4.11.5.1 Prazo máximo de resposta de até 10 dias úteis, contados a partir da data de abertura da ocorrência.
- 3.4.12 Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento dar-se-á com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;
- 3.4.13 Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como Número de série (quando aplicável), anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do software utilizada e severidade do chamado.
- 3.4.14 A severidade do chamado poderá ser reavaliada quando verificado que a mesma foi erroneamente aplicada, passando a contar no momento da reavaliação os novos prazos de atendimento e solução;
- 3.4.15 A CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação de qualquer dos prazos para conclusão de atendimentos de chamados, desde que o faça antes do seu vencimento e devidamente justificado.

3.5 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

3.5.1 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca: Segura®, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

3.5.2 A Justificativa para a indicação de marca encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 e 9 do ETP), apêndice deste Termo de Referência.

4 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de R\$ 3.720.689,57 (Três milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), distribuído no lote a seguir:

a. Lote único (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 3.720.689,57 (Três milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90.40

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

4.3.1. Em regra, contratação de serviços não possuem itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$80.000,00 (oitenta) mil reais devem ser objeto de licitações exclusivas para ME, EPP e MEI (cota exclusiva), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há lote de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivo à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

5 DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, sendo o pagamento realizado conforme a quantidade de licenças efetivamente solicitadas em cada Ordem de Serviço, observados os preços unitários registrados na Ata.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.

5.2. PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (Cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante;

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 As propostas deverão considerar o período de 60 meses de atualização e garantia das soluções objeto do Termo de Referência.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.1.1 Para fins de comprovação, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços de suporte e fornecimento de licenças de uso de soluções de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM) ou soluções de segurança da informação de complexidade tecnológica e operacional equivalente, em ambiente corporativo, compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

5.3.1.1.2 Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 50% (Cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote.

5.3.1.1.3 Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (Cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.1.1.4 Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, por razões técnicas, de segurança, proteção e disponibilidade dos serviços críticos disponíveis à administração pública.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1 Comprovação do Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, caput e incisos I e II do Decreto nº 54.700/2023 visto que pelas características dos itens, haverá necessidade de contratação em momentos distintos. Ademais, considerando a expansão contínua do número de máquinas virtuais e equipamentos de conectividade de rede, torna-se imprescindível assegurar flexibilidade para a ampliação gradativa dessas licenças, de modo a atender às novas demandas sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório a cada incremento.

6.2. ENTIDADE GERENCIADOR(A)

6.2.1. A Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI é a entidade gerenciadora deste Registro de Preços;

6.3. ENTIDADE PARTICIPANTE

6.3.1. A Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI é a única entidade participante deste Registro de Preços;

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL DE ITENS REGISTRADOS EM LOTES

6.6.1. A ATI (Agência Estadual de Tecnologia da Informação) poderá o fazer a contratação individual de itens registrados de forma aglutinada, desde que comprovada da vantajosidade mediante pesquisa de preço ou de demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado, conforme § 2º, do art. 13, do Decreto nº 54.700/2023.

6.6.2. A previsão acima se justifica uma vez que a estratégia de consumo/adesão para a contratação individualizada de itens fundamenta-se

em critérios técnicos, econômicos e gerenciais. Tal abordagem é necessária visto que a demanda por certos tipos de licenças e serviços, cresce de maneira cadenciada, não sendo necessário solicitar todo o quantitativo de uma vez, sendo necessário realizar análise frequente do cenário, com o objetivo de realizar o consumo de maneira econômica e eficiente.

6.7. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.7.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.7.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3181-8186, e-mail: gcc@ati.pe.gov.br, para autorização.

6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da entidade gerenciadora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.9.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o serviço de suporte e garantia das soluções de Gestão de Acessos Privilegiados estão intimamente conectados com boas práticas de segurança cibernética e devem ser mantidos e sustentados sem interrupção.

7.1.3. A contratação com vigência plurianual torna-se mais vantajosa no caso em tela considerando que, garante melhor previsibilidade orçamentária e economicidade. Além disso, assegura suporte contínuo, padronização tecnológica e redução de riscos de indisponibilidade da solução. Por fim, contribui para a continuidade dos serviços críticos de TIC e evita a necessidade de contratações recorrentes em curto prazo.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1. O Detentor da Ata será convocado para assinatura do contrato, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1. As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões expostas neste termo de referência: a prestação dos serviços e a entrega das licenças não apresentam riscos significativos para a administração.

7.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública

7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de e-mail institucional, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Avenida Rio Capibaribe, 147, 1º andar, Recife – PE, Bairro de São José, CEP 50020-080.

7.7.4. A Gestão da presente contratação ficará a cargo da GERÊNCIA DE NUVEM GOVERNAMENTAL - GNG.

7.7.5. A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo da COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA COMPUTACIONAL - CIS.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame, é requerido o seguinte:

8.1.1 Nos termos da Portaria Conjunta SAD/SEFAZ nº 80, de 24 de março de 2026, e considerando que, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, a instituição bancária contratada é o Banco Bradesco, para

fins de recebimento dos valores decorrentes do contrato, a CONTRATADA deverá possuir conta corrente ativa junto à referida instituição, a qual deverá estar devidamente cadastrada no Sistema e-Fisco.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao presente processo.

10. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1. Todas as informações, aplicativos, documentos que forem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE;

10.2. Os executores da CONTRATADA, que atuarão na implantação e nos demais serviços previstos na solução, receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminalmente e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito;

10.3. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações utilizados durante a prestação dos serviços;

10.4. A CONTRATADA obrigará-se a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;

10.5. Todos os projetos, especificações técnicas, documentação, códigos ou scripts desenvolvidos para a ATI, programas, dados de identificação dos técnicos e todos os produtos/artefatos gerados na execução do contrato serão exclusivos da CONTRATANTE;

10.6. A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, qualquer informação sobre a arquitetura ou documentação de soluções do CONTRATANTE – assim como dados ou metadados trafegados, produtos/artefatos desenvolvidos e entregues – ficando responsável juntamente com o CONTRATANTE por manter a segurança da informação;

10.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações,

códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos;
10.8. A CONTRATADA deverá obedecer a todos os critérios e exigência da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados;

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A - Modelo de proposta
Anexo B - Modelo de ordem de serviço
Anexo C - Estudo Técnico Preliminar (ETP)
Anexo D - Quadro Resumo

Recife, _____ de _____ de 202____.

Assinatura
Cargo

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Serviço (Atualizado em 04/06/2025), Minuta do Contrato de Serviço (Atualizada em 28/05/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD 27/06/2025

ANEXO A
MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do proponente)

(A proposta de preços poderá conter Detalhamentos e Planilhas Estimativas de Custos e Formação de Preços, conforme o caso concreto)

À
SECRETARIA _____
PROCESSO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Lote único						
Itens	Código E-Fisco	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	586986-2	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DO CLUSTER DA SOLUCAO	UN	1	R\$	R\$
2	586987-0	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DOS USUARIOS DO MODULO BASICO DA SOLUCAO	UN	100	R\$	R\$
3	586988-9	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO	UN	7000	R\$	R\$

Lote único						
		PRIVILEGIADO DOS SERVIDORES FISICOS E VIRTUAIS				
4	586990-0	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DOS EQUIPAMENTOS DE REDE	UN	160	R\$	R\$
5	586991-9	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DAS APLICACOES NAO CONTEINERIZADAS COM SENHA EMBUTIDA	UN	50	R\$	R\$
6	586992-7	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO PARA ACESSO REMOTO SEGURO	UN	50	R\$	R\$
7	586995-1	SERVICO DE SUPORTE - DO TIPO ESPECIALIZADO,NA SOLUCAO DE GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO	UN	60	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$		

A proposta considera o período de 60 meses de atualização e garantia das soluções objeto do Termo de Referência.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____
(_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias,
contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração do licitante.

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recife, _____ de _____ de 202____.

Assinatura

Cargo

ANEXO B
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(Utilizar MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO se adequar-se ao caso concreto)
(PAPEL TIMBRADO DA CONTRATANTE)

LOTE ÚNICO

OS Nº:	____ / 20 ____			
CONTRATO Nº:	____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)			
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	De ____ / ____ / 20 ____ a ____ / ____ / 20 ____			
INÍCIO DA EXECUÇÃO:	____ / ____ / 20 ____			
PRAZO PARA EXECUÇÃO:	Informar o prazo e o item do contrato o qual se refere			
CONTRATANTE:	Informar o setor e o órgão/entidade responsável			
CONTRATADA:				
OBJETO:				
ITEM/LOTE	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO	QUANT.	
1		Informar as atividades e/ou referenciar os itens do TR os quais se referem		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
	TOTAL			

Os serviços deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Recife, ____ de _____ de 20 ____.

Nome/Cargo/Matrícula do responsável do órgão/entidade

Representante legal da empresa

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DE TIC

Planejamento de Contratações de Soluções
de TIC

**Processo Administrativo nº SEI
0030409421.000021/2025-72**

Contratação de Empresa Especializada em soluções de Gestão de
Acesso Privilegiado (PAM)

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
12/09/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Paulo Henrique
23/09/2025	2.0	Revisão do documento e ajustes finais	Fabiano Leal
22/04/2026	3.0	Ajustes conforme Cota SAD	Paulo Henrique

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC

1. PREÂMBULO

O presente ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda de **Serviços de Gestão de Acesso Privilegiado (PAM)** registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD.187/2025 ([65750489](#)) e na Solicitação de Contratação ([70971149](#)), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Considerando que a Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI tem como uma das finalidades propor e prover soluções congruentes com suas políticas, métodos e competências, com o uso intensivo e adequado da Tecnologia da Informação, canalizando esforços para a melhoria dos serviços prestados pela máquina pública estadual, preservando a gestão, o controle, integridade, salvaguarda e disponibilidade das informações estratégicas de Estado, o objeto deste estudo alinha-se às políticas de segurança da informação da ATI, bem como à diversos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Neste aspecto, o ETP busca viabilizar a contratação de licenças de Serviços PAM, visando acrescer o número de licenças disponíveis em seu parque tecnológico, uma vez que através do Contrato 006/2024 (Doc [49536580](#)) celebrado em 30/04/2024 tem como objeto a prestação do serviço de Gestão de Acesso Centralizado para Proteger e Controlar o uso de Credenciais, providenciou 1.290 licenças PAM, distribuídas entre licenças para contas para acesso privilegiado, para servidores físicos e virtuais, para equipamentos de conectividade de Rede, VOIP (Voz sobre Protocolo de Internet) e segurança LAN (Rede Local), AP (Ponto de Acesso) e WAN (Rede de Longa Distância), 1 Cluster para a solução PAM e Serviços de Suporte Técnico Especializado, conforme tabela a seguir.

Tabela 1. Quantidades de Licenças Contratadas

ITEM	Descrição	Quantidade
1	Cluster para prover recursos para solução de acesso a usuários privilegiados.	1
2	Licença para contas para acesso privilegiado.	100
3	Licença para servidores físicos e virtuais.	1.010
4	Licença para equipamentos de conectividade de Rede, VOIP e Segurança- LAN, AP e WAN.	80
5	Licença para aplicações não containerizadas com senha embutida (hard coded).	50
6	Licença para acesso remoto seguro.	50
7	Serviço e suporte técnico especializado.	12

Fundamentação:

- Art. 6º, XX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012;
- Art. 6º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Agência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (ATI), alinhada à sua missão institucional, desempenha um papel crucial ao assegurar a disponibilidade e continuidade de diversos serviços de Tecnologia da Informação. Esses serviços são fundamentais para as operações dos órgãos que compõem o Poder Executivo Estadual (PEE), abrangendo desde a hospedagem de sistemas e portais institucionais, até a gestão de bancos de dados corporativos e administração de correio eletrônico.

Com o avanço das demandas tecnológicas, especialmente em virtude do crescimento e da complexidade dos serviços prestados, tornou-se imperativo modernizar e fortalecer a infraestrutura de TI da ATI. Atualmente, o parque tecnológico da agência conta com aproximadamente 3.788 máquinas virtuais em projeção de aumento das demandas, foi identificado que do período de 2024 a 2029 a ATI tenha em seu parque aproximadamente 7.000 máquinas virtuais, corroborando significativamente a necessidade por soluções robustas e seguras para sustentar suas operações críticas, conforme preconiza Estudo Técnico Preliminar de processo de sustentação da infraestrutura de TI do Datacenter da ATI

([69069134](#)), salienta-se que o crescimento estimado para o mencionado período foi calculado e considerado a partir dos relatórios de chamados para criação de Máquina Virtuais, parafraseando o Processo de sustentação do Datacenter, que diz:

“Considerado a estimativa de crescimento anual das Máquinas Virtuais (VMs) de Datacenter, somado com a nova contratação de Expansão de Infraestrutura de Armazenamento HCI ([0030400912.000027/2023-81](#)) e também o novo projeto transformador de nuvem governamental, broker multi-cloud, que impulsionará o crescimento do parque tecnológico do órgão. Considerando o crescimento de 15,90% ao ano de Máquinas Virtuais, conforme relatórios (doc. SEI [61794314](#) e [74758305](#)) estimamos a expansão para 4.499 VMs em 2026, conforme apresentado na figura 6.”.



Os relatórios mencionados podem ser checados nos seguintes anexos: ([84710999](#)) e ([84711047](#))

Nesse contexto, a segurança cibernética se destaca como um pilar estratégico para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas sob gestão da ATI. Uma das áreas mais sensíveis neste cenário é o

gerenciamento de credenciais de acesso privilegiado, utilizado por administradores de sistemas e equipes de TI para acessar recursos cruciais no Datacenter. A proteção dessas credenciais é essencial para minimizar riscos de ataques cibernéticos e acessos indevidos.

Para atender a essa demanda, foi inicialmente contratada uma solução de Gerenciamento de Acesso Privilegiado (PAM), com 1.290 licenças, do quantitativo contratado, temos atualmente em uso 2.815 licenças, distribuídas da seguinte forma entre diferentes categorias de ativos tecnológicos:

- **Licenças para Contas com Acesso Privilegiado:** 100 adquiridas, com 84 em uso.
- **Licenças para Servidores Físicos e Virtuais:** 1.010 adquiridas, com 2.624 já utilizadas.
- **Licenças para Equipamentos de Conectividade de Rede, VOIP, Segurança LAN, AP e WAN:** 80 adquiridas, com 104 em uso.
- **Licenças para Acesso Remoto Seguro:** 50 disponíveis, com 2 em uso.
- **Licenças para Aplicações Não Containerizadas com Senha Embutida (Hard Coded):** 50 disponíveis, com 1 em uso.

Além das licenças, foi adquirido **1 Cluster dedicado para a solução PAM**, além de **Serviços de Suporte Técnico Especializado** para garantir a implementação, operação e manutenção da plataforma.

Analisando o cenário atual entende-se que, apesar da previsão inicial, a quantidade de licenças para servidores físicos e virtuais já se mostrou insuficiente, excedendo o número contratado em aproximadamente 150% das licenças contratadas, identificou-se também um excedente no uso de licenças para equipamentos de conectividade de Rede, deixando em evidência a urgência de **expandirmos a quantidade de licenças disponíveis para a solução PAM**, objetivando contemplar todo o ecossistema tecnológico da ATI com cobertura adequada e segura, bem como garantir disponibilidade de licenças sobressalentes, uma vez que o quantitativo de máquinas virtuais tende a crescer.

Portanto, diante do crescente número de ativos gerenciados, da criticidade dos serviços prestados e do elevado índice de utilização das licenças para servidores, torna-se claro que a continuidade e ampliação da solução de gerenciamento de acesso privilegiado, através da formação de Ata de Registros de Preço, é um investimento estratégico e essencial para garantir a segurança, a confiabilidade e a resiliência da infraestrutura de TI da ATI e dos demais órgãos do Poder Executivo Estadual.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º c/c § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
GNG - Gerência de Nuvem Governamental	Fabiano Leal

Identificação da Área técnica	Nome do responsável
Coordenação de Infraestrutura e Segurança Computacional	Joaquim Ferraz

Fundamentação:

- Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 6º, da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024;

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

A contratação está alinhada com a Estratégia de Governo Digital (EGD) Pernambuco 2024-2027, em conformidade com os Objetivos Estratégicos (OE):

OE 7: Fortalecer a infraestrutura de segurança da informação e promover a ampliação da conectividade no Estado;

OE 8: Inovar e otimizar as contratações públicas de tecnologia e inovação para reduzir custos e aumentar a eficiência.

PCA 2026 - DFD.187.ATI/2025

Além disso, a contratação está em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da ATI para os anos de 2024-2027:

1.3 Aprimorar e ampliar os serviços corporativos digitais;

- 1.3.1 Prover infraestrutura de nuvem computacional, conectividade e segurança da rede telemática;
- 1.3.4 Evoluir a arquitetura, a integração e a gestão técnica dos sistemas corporativos.

Além do alinhamento supracitado, a contratação de uma solução de Gestão de Acesso Privilegiado está alinhada com os seguintes dispositivos da LGPD:

Art. 6º - Princípios do tratamento de dados pessoais.

- VII – *segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;*
- VIII – *prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;*
- X – *responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.*

Art. 37 - O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 42 - O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

Art. 46 - Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Art. 50 - Os controladores e operadores, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de associações, poderão formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Nesse contexto, a disponibilidade e a segurança são elementos essenciais para a democratização do acesso a todas as soluções que

simplificam a vida dos cidadãos, além de oferecer o que há de mais avançado em tecnologia para o atendimento digital.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 2º-G, da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006;
- Art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023
- Art. 8º, Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023;

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados (PAM), com instalação, configuração e suporte;
- Prover gestão e auditoria de acessos privilegiados por meio de credenciais privilegiadas para pelo menos 1000 usuários, garantindo ao menos 1000 acessos simultâneos com todas as funcionalidades habilitadas, inclusive a gravação de sessão, podendo dois ou mais usuários acessar a mesma credencial, sem comprometimento da performance ou rastreabilidade;
- Centralizar a visibilidade e controle de privilégio por meio de uma plataforma única de gerenciamento;
- Ser um repositório único das credenciais administrativas em todos os sistemas e ambientes da organização, resultando em redução de tempo de auditoria e investigações de incidentes;
- Possuir integração com o Active Directory e OpenLDAP, para delegação de acesso aos servidores gerenciados;
- Prover gestão e auditoria de acessos privilegiados por meio de credenciais privilegiadas para pelo menos 7000 (sete mil) dispositivos, ativos, máquinas ou qualquer outro ambiente que contenha acesso privilegiado acessível por agentes ou terceiros.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

5.1. PREMISSAS

A ampliação da cobertura do serviço de Gestão de Acesso Privilegiado, tem como premissas o que vem a seguir:

Proteção Contra Ameaças Internas e Externas: Uma solução de gerenciamento de credenciais privilegiadas que impede o acesso não autorizado a sistemas e dados críticos, sejam esses acessos realizados por ameaças internas ou externas. Isso é particularmente relevante em um ambiente governamental, onde a segurança dos dados e sistemas deve ser mantida a todo custo.

Redução de Riscos e Ataques Cibernéticos: A gestão inadequada das credenciais de acesso privilegiado é um ponto de vulnerabilidade que pode ser explorado por ciber criminosos. Uma solução especializada ajuda a mitigar esse risco, minimizando as chances de ataques de força bruta, phishing e outras táticas usadas para comprometer credenciais.

Auditoria e Responsabilização: Uma solução de gerenciamento de credenciais oferece trilhas de auditoria detalhadas que permitem rastrear quem acessou quais recursos e quando. Isso ajuda a responsabilizar os indivíduos em caso de incidentes de segurança ou suspeitas de atividades maliciosas.

Conformidade com Regulamentações: Governos e órgãos públicos estão sujeitos a uma série de regulamentações de segurança cibernética. Uma solução de gerenciamento de credenciais contribui para o cumprimento dessas normas, garantindo a proteção dos dados e a privacidade dos cidadãos.

Isolamento de Privilégios: Uma solução de gerenciamento de credenciais frequentemente inclui recursos que permitem o isolamento de privilégios, garantindo que administradores tenham acesso apenas às áreas necessárias para suas tarefas, minimizando o risco de abuso de privilégios.

Gestão Centralizada e Automatizada: Essas soluções permitem o gerenciamento centralizado de todas as credenciais, reduzindo erros humanos e garantindo que senhas sejam atualizadas regularmente.

Resposta Eficiente a Incidentes: Em caso de violação de segurança, uma solução de gerenciamento de credenciais permite a revogação rápida de acesso, protegendo ainda mais os ativos digitais.

5.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

Conforme contextualizado, esta demanda objetiva atender à necessidade da GIS - Gerência de Infraestrutura e Serviços Compartilhados, visa identificar e detalhar o maior número de

informações que motivou a contratação do ponto de vista de negócio. A forma de detalhamento vai depender de cada caso, mas convém deixá-la de modo objetivo, para que possa ser validada mais facilmente, na atividade de análise das soluções disponíveis.

Desta forma, a solução a ser adotada deve atender às seguintes Necessidades de Negócio (NN):

Tabela 2. Necessidades de Negócio

Identificador da NN	Descrição	Origem
NN 01	A solução de TIC deve auditar, controlar, gerenciar e monitorar as ações dos usuários e as credenciais de acesso ao ambiente	GIS
NN 02	Deve prover recursos de cofre para armazenamento e troca aleatória das senhas de contas administrativas, isolamento, monitoramento, gravação e auditoria de sessões privilegiadas	GIS
NN 03	Deve ser capaz de controlar, filtrar e criar regras de permissões com base nos riscos para as operações que um administrador pode executar.	GIS
NN 04	Autenticação por token, usuário e senha	GIS
NN 05	Implementação de novas funcionalidades, suporte, garantia e atualizações do produto	GIS
NN 06	A licença deverá ser perpétua	GIS

5.3. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

Nessa seção a equipe da GIS - Gerência de Infraestrutura e Serviços Compartilhados visa identificar e detalhar o maior número de informações que motivou a contratação do ponto de vista de tecnologia. A forma de detalhamento vai depender de cada caso, mas convém deixá-la de modo objetivo, para que possa ser validada mais facilmente, na atividade de análise das soluções disponíveis. Uma sugestão é construir uma tabela com cada necessidade de tecnologia:

Tabela 3. Necessidades Tecnológicas

Identificador da NT	Descrição	Origem
NT 01	A solução deve suportar a utilização de servidores virtualizados para todos os seus componentes	GIS
NT 02	Deverá permitir a modelagem de permissionamento de maneira gráfica antes da aplicação em produção	GIS
NT 03	Os logs apresentados pela solução ofertada deverão conter informações completas de cada uma das operações com data e horário, nome do ativo, tipo do objeto, caminho (path) dos dados, domínio, arquivo impactado e nome do usuário que fez a ação	GIS
NT 04	A solução deverá realizar a análise comportamental dos usuários, grupos e permissões aos dados não estruturados dos servidores monitorados	GIS
NT 05	A solução deverá identificar, de forma automática, usuários com acesso indevido a pastas, sugerindo a revogação do acesso	GIS
NT 06	Deverá permitir o rotacionamento automático de senhas	GIS
NT 07	Deverá permitir a transferência de arquivos	GIS
NT 08	Autenticação via SSH, Web, RDP	GIS
NT 09	Deverá permitir a inclusão de dados em lotes	GIS
NT 10	Deve suportar proteção de servidores e estações UNIX/Windows/Mac	GIS
NT 11	Deve ser capaz de gerenciar chaves SSH UNIX/Linux	GIS

5.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Experiência Comprovada:

O proponente ou fornecedor deve ter experiência comprovada em projetos de evolução tecnológica de infraestrutura de TI, com referências que demonstram sucesso na manutenção e suporte de soluções similares.

Segurança da Informação:

O proponente ou fornecedor deve demonstrar profundo conhecimento em segurança da informação, incluindo a implementação de políticas de segurança e de dados robustas, controle de acesso, criptografia de dados e melhores práticas.

Suporte e Manutenção:

É esperado que o proponente ou fornecedor viabilize suporte contínuo e serviços de manutenção para garantir o bom funcionamento das soluções implementadas, além de garantir a atualização do produto enquanto houver versões disponíveis.

Fundamentação:

- Art. 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Importante frisar que esse estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários ou soluções para o atendimento da demanda em tela, no intuito de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

No tocante ao número de soluções possíveis identificamos três opções que irão ser a base do estudo deste documento: BeyondTrust, CyberArk e Segura® e levando em consideração que os serviços prestados terão garantia de 05 anos, visando atender à demanda atual, bem como garantir cobertura dos serviços para a projeção futura.

Portanto, na sequência, tem-se que na primeira coluna consta o identificador (ID), e, na segunda, constam os nomes das respectivas soluções.

Tabela 4. Soluções Identificadas

Id	Descrição da solução
1	BeyondTrust
2	CyberArk
3	Segura®

Para assegurar comparabilidade entre as alternativas, os preços coletados para as soluções BeyondTrust e CyberArk, ofertadas exclusivamente no modelo de subscrição, foram convertidos para um horizonte de 60 (sessenta) meses, a partir dos valores mensais informados pelos fornecedores. No caso da solução Segura®, cujas licenças são de uso perpétuo, os valores já englobam a aquisição das licenças e o suporte por 60 meses. A consolidação comparativa desses custos, bem como o detalhamento da metodologia adotada, encontram-se descritos na seção de Análise Comparativa de Custos (TCO).

6.1 - Solução ID 01 Beyond Trust

A adoção da solução BeyondTrust representa uma decisão estratégica na gestão de acessos privilegiados (PAM – Privileged Access Management), permitindo controlar rigorosamente quem acessa sistemas sensíveis, quando e com que permissões. Além de mitigar riscos internos e ataques externos, a solução facilita auditorias e garante conformidade com legislações como a LGPD e normas do TCU. A centralização e automação da administração de contas privilegiadas também reduz erros humanos e melhora a resposta a incidentes, reforçando a segurança de infraestruturas críticas e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Pontos Fortes:

Controle granular de acessos privilegiados: Permite definir permissões com alto nível de detalhamento, baseadas em regras como função do usuário, tempo de acesso, localização e tipo de sistema. Essa granularidade é essencial para reduzir a superfície de ataque e aplicar o princípio do menor privilégio de forma eficaz.

Registro completo de sessões: Todas as sessões privilegiadas podem ser gravadas, auditadas e analisadas posteriormente, incluindo comandos executados. Isso fornece não apenas rastreabilidade para auditorias internas e externas, mas também elementos importantes para responder a incidentes e conduzir investigações forenses.

Integração com diretórios corporativos: A solução se integra com Active Directory, LDAP, SIEMs, ITSMs (como ServiceNow) e ferramentas de autenticação multifator (MFA), promovendo maior unificação na gestão de identidade e segurança.

Interface intuitiva: O painel administrativo é bem estruturado, com dashboards interativos, notificações em tempo real e relatórios visuais que facilitam o acompanhamento mesmo para usuários não técnicos.

Arquitetura escalável: A solução pode ser expandida conforme o crescimento da organização, sendo adequada a estruturas com múltiplas localidades e ambientes híbridos (on-premises e nuvem), o que é comum em órgãos públicos em processo de transformação digital.

Pontos de Atenção:

Custo elevado: Os custos de licenciamento, implantação e suporte podem ser proibitivos para instituições com orçamento limitado. Além disso, modelos por volume de usuários privilegiados podem escalar rapidamente os valores.

Curva de aprendizado acentuada: A complexidade técnica da solução exige capacitação especializada. Equipes não familiarizadas com gestão de acessos privilegiados podem demorar a dominar todas as funcionalidades e aplicar boas práticas de forma eficaz.

Integração com sistemas legados: Em ambientes com aplicações legadas, sistemas sem suporte a APIs modernas ou sem documentação adequada, pode haver necessidade de customizações específicas, o que aumenta o tempo de implantação e os custos técnicos.

Solução divergente: Atualmente, já contamos com uma solução de PAM implementada neste cenário, adquirir solução diferente deve ser avaliado cuidadosamente, uma vez que as licenças adquiridas são perpétuas, onerando a aquisição propriamente dita, bem como a necessidade de se adequar e operacionalizar uma nova ferramenta.

Licenciamento por Subscrição: A solução trazida pela BeyondTrust opera única e exclusivamente através do modelo de subscrição, podendo se provar mais oneroso do que adquirir mais licenças perpétuas para determinado serviço ou solução, principalmente quando já foram adquiridas licenças perpétuas de uma solução de Gestão de Acessos Privilegiados.

6.2 - Solução ID 02 CyberArk

A CyberArk é reconhecida globalmente como líder em segurança de identidades privilegiadas e identidade de máquina, o que a torna uma escolha estratégica para órgãos públicos que buscam proteger dados sensíveis contra ameaças persistentes avançadas. Sua plataforma

oferece recursos robustos de monitoramento, gravação de sessões, cofre digital para credenciais de autenticação forte, essenciais em ambientes que exigem alta governança. Ao integrar-se com diversas ferramentas de segurança e compliance, a CyberArk contribui diretamente para a resiliência cibernética e para o atendimento a requisitos legais e normativos, fortalecendo a integridade dos serviços públicos digitais.

Pontos Fortes:

Liderança consolidada no mercado de PAM: A CyberArk é frequentemente citada como líder em relatórios do Gartner e Forrester, o que traduz confiança, robustez e inovação contínua. Essa reputação favorece decisões estratégicas, especialmente em ambientes públicos que valorizam a confiabilidade institucional.

Cofre digital com segurança avançada: Equipamentos novos geralmente exigem menos manutenção corretiva e possuem garantia de fábrica, eliminando custos elevados com suporte de equipamentos antigos.

Threat Analytics e monitoramento comportamental: A plataforma incorpora inteligência analítica para detectar comportamentos anômalos em tempo real. Isso permite resposta mais rápida a ameaças internas ou externas associadas a contas privilegiadas.

Conformidade com padrões regulatórios rigorosos: A solução está em conformidade com normas como ISO 27001, NIST 800-53, CIS Controls, LGPD e outras regulações de proteção de dados, tornando-a adequada a ambientes públicos com exigência de prestação de contas.

Ampla integração com ambientes modernos: CyberArk oferece suporte robusto para ambientes DevOps, containers, APIs RESTful e serviços em nuvem (AWS, Azure, GCP), além de compatibilidade com robôs de automação (RPA), o que a torna viável para iniciativas de governo digital.

Pontos de Atenção:

Implantação complexa: A configuração inicial pode ser altamente técnica e longa, exigindo planejamento detalhado, inventário de contas e servidores, além de testes rigorosos para garantir que não haja interrupções nos serviços críticos.

Dependência de consultorias certificadas: Para organizações sem equipe especializada em segurança de identidade, é comum depender de consultorias parceiras da CyberArk, o que adiciona custos e torna o suporte dependente de terceiros.

Modelo de licenciamento modular: Recursos avançados são vendidos como módulos adicionais (ex.: Application Access Manager, Endpoint Privilege Manager), o que pode dificultar a previsibilidade

orçamentária, especialmente em licitações públicas que exigem clareza de escopo.

Solução divergente: Atualmente, já contamos com uma solução de PAM implementada neste cenário, adquirir solução diferente deve ser avaliado cuidadosamente, uma vez que as licenças adquiridas são perpétuas, onerando a aquisição propriamente dita, bem como a necessidade de se adequar e operacionalizar uma nova ferramenta

Licenciamento por Subscrição: A solução trazida pela CyberArk opera única e exclusivamente através do modelo de subscrição, podendo se provar mais oneroso do que adquirir mais licenças perpétuas para determinado serviço ou solução, principalmente quando já foram adquiridas licenças perpétuas de uma solução de Gestão de Acessos Privilegiados.

6.3 - Solução ID 03 - Segura®

A solução Segura consiste em plataforma de Gestão de Acessos Privilegiados (PAM), destinada ao controle, armazenamento seguro, auditoria e monitoramento do uso de credenciais privilegiadas em ambientes corporativos críticos. A solução permite centralizar a gestão de contas administrativas, registrar e auditar sessões privilegiadas, aplicar políticas de controle de acesso e promover o rotação seguro de credenciais, em conformidade com requisitos de segurança da informação, rastreabilidade e governança exigidos no contexto da ATI.

Considerando o cenário atual da ATI, a solução apresenta aderência elevada às necessidades de negócio e tecnológicas identificadas neste estudo, especialmente no que se refere à existência de licenciamento perpétuo, à padronização da plataforma já implantada no ambiente do órgão e à capacidade de expansão gradual do parque protegido ao longo do horizonte contratual. Sua adoção mostra-se vantajosa também por reduzir riscos de descontinuidade operacional, retrabalho de implantação, necessidade de requalificação das equipes e custos adicionais associados à substituição da tecnologia atualmente em uso.

Pontos Fortes:

Padronização tecnológica: a solução já se encontra implantada no ambiente da ATI, o que favorece a continuidade operacional, o aproveitamento da infraestrutura

existente e a manutenção do conhecimento técnico já acumulado pela equipe interna.

Licenciamento perpétuo: diferentemente das soluções ofertadas exclusivamente em regime de subscrição, a Segura admite licenciamento perpétuo, característica aderente à necessidade de negócio identificada no estudo e potencialmente mais vantajosa em cenários de expansão continuada do ambiente.

Gestão centralizada de credenciais privilegiadas: a solução permite consolidar em plataforma única o controle das contas administrativas e privilegiadas, contribuindo para a redução de riscos operacionais e para o fortalecimento dos controles de segurança.

Auditoria e rastreabilidade de acessos: a solução oferece recursos de monitoramento, gravação e auditoria de sessões privilegiadas, possibilitando geração de trilhas de auditoria e produção de evidências para apuração de incidentes e atendimento a órgãos de controle.

Aderência aos requisitos técnicos do cenário: a solução mostra compatibilidade com os requisitos funcionais e tecnológicos descritos no ETP, incluindo controle de acessos privilegiados, cofre de credenciais, autenticação, integração com diretórios e capacidade de expansão para proteção de novos ativos do parque tecnológico.

Menor complexidade de transição: por já estar em uso na ATI, a expansão da solução tende a demandar menor esforço de implantação, integração e operação quando comparada à substituição por plataforma diversa.

Suporte e continuidade do serviço: a manutenção da solução já adotada reduz o risco de descontinuidade de serviços críticos e favorece a sustentação do ambiente com maior previsibilidade operacional.

Pontos de Atenção:

Menor reconhecimento internacional em relação a concorrentes de maior presença global: embora aderente ao cenário da ATI, a solução pode apresentar menor notoriedade

de mercado quando comparada a plataformas amplamente difundidas em relatórios internacionais.

Dependência da plataforma já adotada: A manutenção da solução atual traz benefícios operacionais, mas também reforça a necessidade de adequada gestão contratual e técnica para garantir atualização, suporte e evolução contínua do ambiente.

Necessidade de compatibilidade contínua com o crescimento do parque: diante da projeção de expansão do número de ativos e credenciais administradas, é importante que a solução permaneça escalável e aderente às necessidades futuras da ATI durante todo o horizonte de contratação.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os cenários aqui apresentados se aplicarão igualmente às 03 soluções, a tabela abaixo retrata as licenças e serviços contratados previamente.

Cabe ressaltar que o que fora contratado previamente, teve como garantia dos serviços prestados o período de 12 meses, o presente estudo visa adquirir e contratar serviços disponíveis pelo período de 60 meses com o intuito de garantir a disponibilidade contínua dos serviços durante todo o período. Das licenças adquiridas e conforme documentado no ponto 2 do ETP, da Descrição das Necessidades, das licenças que temos disponíveis e da usabilidade das mesmas, identificou-se que o quantitativo de licenças PAM para servidores físicos e virtuais precisa ser acrescido para comportar a demanda atual e o aumento frequente no número de máquinas virtuais existentes no parque tecnológico, as demais licenças operam com pequenas sobras.

Sendo assim, o principal foco é aumentar a cobertura das licenças para servidores físicos e virtuais para os próximos 5 anos e garantir a

continuidade e disponibilidade do serviço nas demais modalidades, resultando na tabela abaixo

Tabela 5. Dimensionamento (60 Meses)

ITEM	Descrição	Quantidade
1	Cluster para prover recursos para solução de acesso a usuários privilegiados.	1
2	Licença para contas para acesso privilegiado.	100
3	Licença para servidores físicos e virtuais.	7.000
4	Licença para equipamentos de conectividade de Rede, VOIP e Segurança- LAN, AP e WAN.	160
5	Licença para aplicações não containerizadas com senha embutida (hard coded).	50
6	Licença para acesso remoto seguro.	50
7	Serviço e suporte técnico especializado.	60

Considerando que o aumento no número de máquinas virtuais se dará com o lapso de tempo e de maneira cadenciada, verifica-se como melhor opção gerar uma Ata de Registros de Preço para que o consumo seja feito sob demanda, acompanhando o crescimento no número de máquinas virtuais no parque tecnológico da ATI.

O quantitativo de licenças estimado resulta da projeção de crescimento do ambiente virtualizado da ATI, que parte de 3.788 máquinas virtuais atualmente em operação e pode alcançar aproximadamente 7.000 máquinas virtuais no horizonte de 2024 a 2029, conforme estudos de capacidade do Datacenter (SEI [69069134](#)) e relatórios SEI [61794314](#) e [74758305](#). A estimativa considera a expansão gradual das cargas de trabalho, o aumento do número de contas privilegiadas por servidor e a necessidade de cobrir tanto o cenário atual quanto a projeção futura para os próximos 60 (sessenta) meses, mantendo-se dentro da margem de variação de até 25% admitida pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021, de forma a evitar superestimativa de quantitativos.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

- Art. 24º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

A análise comparativa de soluções visa elencar as alternativas de atendimento à demanda considerando, além do aspecto econômico (Tabela 5), os aspectos de negócio, técnicos e qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. Consiste em uma análise crítica entre as diferentes soluções.

Solução 1: **BeyondTrust**

Solução 2: **CyberArk**

Solução 3: **Segura®**

Tabela 6. Análise Comparativa das Soluções

Requisitos		Solução		
		ID 01	ID 02	ID 03
NN's	Requisito 1	Atende	Atende	Atende
	Requisito 2	Atende	Atende	Atende
	Requisito 3	Atende	Atende	Atende
	Requisito 4	Atende	Atende	Atende
	Requisito 5	Atende	Atende	Atende
	Requisito 6	Não Atende	Não Atende	Atende
NT's	Requisito 1	Atende	Atende	Atende
	Requisito 2	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende
	Requisito 3	Atende	Atende	Atende
	Requisito 4	Não atende	Atende	Atende
	Requisito 5	Não atende	Atende	Atende
	Requisito 6	Atende	Atende	Atende

	Requisito 7	Atende	Atende	Atende
	Requisito 8	Atende	Atende	Atende
	Requisito 9	Atende	Atende	Atende
	Requisito 10	Atende	Atende	Atende
	Requisito 11	Atende	Atende	Atende
Resultado da Análise		Não viável	Não viável	Viável

Tabela 7. Análise Comparativa de Valores

Solução Identificada	Especificação, composição e/ou características	Forma de Contratação	Custo Total Estimado da Contratação
Solução 1: BeyondTrust	Contratação de Serviço	Processo Licitatório	R\$ 4.367.305,00
Solução 2: CyberArk	Contratação de Serviço	Processo Licitatório	R\$ 6.852.005,00
Solução 3: Segura®	Contratação de Serviço	Processo Licitatório	R\$ 3.555.951,73

Solução 1:

Os valores utilizados foram extraídos da proposta comercial da BeyondTrust, conforme DOC ([73542728](#))

Solução 2:

Os valores utilizados foram extraídos das propostas comerciais da 3Structure, conforme DOC ([73542779](#))

Solução 3:

Os valores utilizados foram extraídos das propostas comerciais da Arvvo, conforme DOC ([73542852](#))

Os critérios para avaliação e comparação das soluções foi a sua aplicabilidade nos requisitos técnicos e de negócio considerados no que tange a solução almejada e cenário atual da ATI.

Em complemento ao que foi analisado acima, ainda levou-se em consideração um comparativo do Gartner ([73543039](#)) nos traz mais informações em uma ampla análise de *reviews* de usuários, considerando uma nota máxima de 5 pontos.

O Gartner é a principal empresa mundial de pesquisa e consultoria em tecnologia da informação (TI), fundada em 1979. Ela fornece insights, análises, ferramentas e eventos para ajudar executivos a tomar decisões estratégicas, otimizar investimentos e prever tendências de mercado, tudo através de feedbacks por usuários das soluções ranqueadas, onde se é possível avaliar diversos pontos, tanto de negócio quanto técnicos das soluções, de acordo com opiniões de vários usuários, sendo assim, uma fonte de referências extremamente confiável e robusta.

Os resultados do comparativo indicam a Segura® como a favorita pelos usuários com uma nota média de 4.9 em 275 *reviews*, em segundo fica a BeyondTrust com uma média de 4.5 pontos em 1.032 *reviews* e por último a CyberArk com uma média de 4.4 pontos em 1.084 *reviews*. O resultado do comparativo demonstra que embora não tão difundida e reconhecida internacionalmente, a Segura® é a opção mais viável tanto economicamente quanto tecnicamente, de acordo com os resultados do comparativo e análise de atendimento das NN's e NT's.

9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

A solução **ID01 - BeyondTrust**, não atende as necessidades da ATI devido ao alto custo financeiro, além de não atender plenamente as Necessidades de Negócio e Técnicas.

A solução **ID02 - CyberArk**, não atende plenamente as Necessidades de Negócio e Técnicas e também provou-se mais onerosa que a **ID03 - Segura®**.

Cabe ressaltar que, conforme item 8. da Análise Comparativa das Soluções, a avaliação do Gartner indica que a solução **ID03 - Segura®** apresentou uma maior pontuação comparado aos concorrentes, adicionalmente, por já ser uma solução implementada no âmbito da ATI, entende-se também que a padronização da solução é mais econômica uma vez que já foram adquiridas mais de 1.290 licenças perpétuas de módulos diferentes, reduzindo o custo de expansão do parque, tornando-a mais eficiente e estratégica, uma vez que a renovação de expansão desta solução é mais econômica e a ferramenta já é conhecida, e utilizada.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

A Análise Comparativa de Custos consiste na análise de cada Solução de TIC identificada e viável, buscando compreender tudo aquilo que a

caracteriza do ponto de vista técnico e financeiro de modo a viabilizar a devida comparação de “Custos Totais de Propriedade”. Esta atividade compreende a obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, considerando valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção, adequação do ambiente e outros custos que se apliquem para o pleno funcionamento da Solução. É o que se costuma chamar de “Custo Total de Propriedade ” que vem do inglês Total Cost Ownership (TCO) e deve apresentar a Memória de Cálculo.

Custo Total de Propriedade (TCO):

Os valores utilizados foram obtidos através das propostas de preços emitidos pelo fornecedor para o ID03 - **Segura®**.

10.1.CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Solução Viável 1 – Contratação de Serviços de Licenças PAM - Segura®					
Ano -->	1	2	3	4	5
Item					
Solução de PAM do tipo: Segura® - Serviço de suporte para 01 Cluster virtual para solução de gerenciamento dos acessos ativo/passivo, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 365.014,93	-	-	-	-
Solução de PAM do tipo: Segura® - 100 Licenças para usuários da solução de PAM, com garantia de	R\$ 887.560,00	-	-	-	-

60 (sessenta) meses					
Solução de PAM do tipo: Segura® - 7000 Licenças para servidores físicos e virtuais, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 566.048,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00
Solução de PAM do tipo: Segura® - 160 Licenças para equipamentos de conectividade de rede, com garantia de 60 (sessenta) meses.	R\$ 20.215,20	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60
Solução de PAM do tipo: Segura® - 50 Licenças para aplicações não containerizadas com senha embutida (hard coded), com garantia de 60 (sessenta) meses.	R\$ 149.411,00	-	-	-	-
Solução de PAM do tipo: Segura® - 50 Licenças para acesso remoto privilegiado,	R\$ 516.118,00	-	-	-	-

com garantia de 60 (sessenta) meses					
60 meses de Serviço de Suporte Técnico Especializado Remoto Segura®	R\$ 568.174,20	-	-	-	-
Custo Total no Ano	R\$ 3.072.541,33	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60
Valor depreciado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1				R\$ 3.555.951,73	

Vale salientar que os valores supramencionados foram obtidos através de proposta comercial de empresa especializada na comercialização, implementação e prestação de serviços técnicos para a solução almejada, conforme descrito no Doc SEI ([73542852](#)), ressalta-se que os valores para licenças para servidores físicos e virtuais e licenças para equipamentos de conectividade de rede foram separados em 3800 licenças para o primeiro ano de execução e as outras 3200, pulverizadas nos próximos 4 anos e licenças para equipamentos de conectividade, foram consideradas 120 para o primeiro ano de execução e as demais pulverizadas nos 4 anos subsequentes.

10.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Contratação de Serviços de Licenças	R\$ 3.072.541,33	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 3.555.951,73

PAM - Segura®						
---------------	--	--	--	--	--	--

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Neste caso em concreto, em virtude da natureza do serviço a ser contratado, a opção pelo agrupamento dos itens em lote único é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que o processo licitatório buscará pela maior economia de escala.

Adicionalmente, a solução Segura® é composta por módulos interdependentes que operam de forma integrada em uma única arquitetura de segurança. Parcelar em lotes comprometeria a funcionalidade plena do sistema, quebrando a lógica de segurança e dificultando a interoperabilidade, logo há uma Indivisibilidade Técnica do Objeto.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto tecnicamente devido os serviços solicitados terem forte interdependência entre si, que devem ser prestados por empresa dotada de competência técnica especializada e fornecer um único ponto focal de controle, evitando a pulverização por equipes distintas que acarretaria diluição do comprometimento e eficiência aos resultados esperados. Quanto financeiramente possibilitando economia de escala ao certame e, conseqüentemente, o mais propício para promover maior vantajosidade para a ATI.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 47º, inciso II e § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, inciso V e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

12. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES	CORRELATAS	E/OU
--	-------------------	-------------

Conforme pontuado no Preâmbulo do ETP, uma solução de PAM já havia sido contratada, sob o processo SEI nº [49536580](#)), que viabilizou e chancelou a aquisição de 1.290 licenças da solução Segura®, bem como um cluster dedicado e serviços de suporte técnico especializado.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta aquisição, a ATI pretende assegurar a continuidade e a evolução da solução de gerenciamento de acesso privilegiado (PAM) já implantada em seu ambiente, garantindo a proteção das credenciais privilegiadas, aquelas que oferecem acesso a sistemas e dados sensíveis em conformidade com as exigências de segurança do datacenter. A renovação da solução Segura® visa, primordialmente, os seguintes resultados:

- **Continuidade do serviço PAM no ambiente já implantado:** Evitar interrupções operacionais decorrentes da descontinuidade do contrato vigente, preservando os fluxos de trabalho, as integrações existentes e o conhecimento acumulado pelas equipes no uso da plataforma atual.
- **Ampliação da cobertura de ativos privilegiados conforme crescimento do parque:** Acompanhar a expansão da infraestrutura da ATI, estendendo a proteção de credenciais a novos sistemas, aplicações e dispositivos incorporados ao ambiente tecnológico da agência ao longo do período contratual.
- **Melhoria de rastreabilidade, auditoria e controle de acessos privilegiados:** Fortalecer os mecanismos de registro e monitoramento de todas as atividades associadas a credenciais privilegiadas, permitindo a identificação

tempestiva de comportamentos suspeitos, a condução de investigações e a geração de evidências para fins de auditoria interna e externa.

- Sustentação da aderência à LGPD e às políticas internas de segurança: Manter a conformidade da gestão de acessos privilegiados com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e com as diretrizes internas de segurança da informação adotadas pela ATI, contribuindo igualmente para o atendimento a frameworks como a ISO 27001.

- Redução de risco operacional decorrente de troca de plataforma: Considerando que a solução Segura® já se encontra em operação no ambiente da agência, a sua renovação elimina os riscos inerentes a processos de migração para plataformas distintas, tais como incompatibilidades técnicas, retrabalho de configurações, necessidade de requalificação de equipes e possíveis janelas de vulnerabilidade durante a transição. Esta aquisição, a ATI pretende continuar provendo capacidade avançada em segurança da informação, adequada às novas realidades computacionais para análise de segurança e desempenho exigidos pelas soluções armazenadas no datacenter desta agência.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação refere-se à implementação de solução tecnológica voltada à gestão de acessos privilegiados (Privileged Access Management – PAM), que se caracteriza como serviço de tecnologia da informação prestado por meio de software. Diante da natureza exclusivamente digital do objeto, não se identificam impactos

ambientais diretos relevantes decorrentes de sua implantação, operação ou manutenção.

Ressalta-se, contudo, que, em atendimento ao princípio do desenvolvimento sustentável previsto no art. 225 da Constituição Federal e conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, foram considerados aspectos indiretos relacionados à sustentabilidade, como a eficiência energética das infraestruturas de tecnologia utilizadas e a eventual adoção de serviços em nuvem com certificações ambientais reconhecidas (como ISO 14001 ou similares), sempre que disponíveis e viáveis.

Assim, embora a contratação não configure atividade potencialmente poluidora ou geradora de resíduos, reafirma-se o compromisso institucional com práticas sustentáveis e com a redução dos impactos ambientais associados ao consumo de recursos tecnológicos.

Fundamentação:

- Art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 11, inciso I e IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- Art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Considerando que a solução de gestão de acessos privilegiados (PAM) já se encontra implementada na infraestrutura tecnológica da ATI, e que a presente contratação tem como objetivo a **renovação do serviço e a ampliação da quantidade de licenças de uso**, as providências a serem adotadas concentram-se na manutenção da continuidade operacional e na adequação administrativa da contratação, conforme segue:

- **Acompanhamento do crescimento de VM's:** Com base na demanda atual e na previsão de crescimento, a fim de cadenciar o consumo das licenças;

- **Verificação da aderência contratual à política de segurança da informação vigente:** Assegurando que a renovação mantenha o alinhamento com as diretrizes institucionais;
- **Garantir Corpo Técnico dedicado à Solução:** garantindo a continuidade da governança técnica, da operacionalização da ferramenta e interlocuções com fornecedor e prestador de serviço.

Tais providências visam assegurar a continuidade do serviço, a conformidade com as normas internas e legais e a adequação da contratação à real necessidade da Administração Pública, sem necessidade de mudanças significativas na infraestrutura tecnológica já existente.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Após análise técnica, funcional e econômica das alternativas identificadas para atendimento à demanda de gestão de acessos privilegiados (PAM), concluiu-se que a solução Segura® é a mais adequada à realidade da Administração, considerando aspectos de padronização, continuidade operacional, economicidade e aderência ao cenário tecnológico já implantado.

A solução Segura® encontra-se atualmente em uso no órgão, com licenças perpétuas ativas e infraestrutura plenamente operacional. Sua adoção prévia, associada ao domínio técnico da equipe interna sobre a plataforma, contribui diretamente para a redução da curva de aprendizado, evita custos adicionais com implantação e integração, e minimiza riscos operacionais típicos de mudanças de fornecedor. Ademais, a solução atende integralmente aos requisitos de segurança da informação, conformidade com a LGPD e padrões de auditoria e rastreabilidade de acessos privilegiados.

A plataforma também se destaca pela rapidez de implantação, suporte técnico nacional, menor complexidade na gestão cotidiana e capacidade de expansão imediata via licenciamento adicional, sem a necessidade de reconfigurações estruturais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores estimados no quadro abaixo foram baseados na proposta comercial da Arvvo, registrada sob o Doc SEI ([73542852](#)), considerando que a garantia para os serviços contratados é de 60 meses.

Tabela 7. Estimativa de Valores por Item

Solução Viável 1 – Contratação de Serviços de Licenças PAM - Segura®					
Ano -->	1	2	3	4	5
Item					
Solução de PAM do tipo: Segura® - Serviço de Suporte para 01 Cluster virtual para solução de gerenciamento dos acessos ativo/passivo, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 365.014,93	-	-	-	-
Solução de PAM do tipo: Segura® - 100 Licenças para usuários da solução de PAM, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 887.560,00	-	-	-	-

Solução de PAM do tipo: Segura® - 7000 Licenças para servidores físicos e virtuais, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 566.048,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00	R\$ 119.168,00
Solução de PAM do tipo: Segura® - 160 Licenças para equipamentos de conectividade de rede, com garantia de 60 (sessenta) meses.	R\$ 20.215,20	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60	R\$ 1.684,60
Solução de PAM do tipo: Segura® - 50 Licenças para aplicações não containerizadas com senha embutida (hard coded), com garantia de 60 (sessenta) meses.	R\$ 149.411,00	-	-	-	-
Solução de PAM do tipo: Segura® - 50 Licenças para acesso remoto privilegiado, com garantia de 60 (sessenta) meses	R\$ 516.118,00	-	-	-	-
60 meses de	R\$ 568.174,	-	-	-	-

Serviço de Suporte Técnico Especializado Remoto Segura®	20				
Custo Total no Ano	R\$ 3.072.541,33	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60	R\$ 120.852,60
Valor depreciado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1				R\$ 3.555.951,73	

Ressalta-se que os valores para licenças para servidores físicos e virtuais e licenças para equipamentos de conectividade de rede foram separados em 3800 licenças para o primeiro ano de execução e as outras 3200, pulverizadas nos próximos 4 anos e licenças para equipamentos de conectividade, foram consideradas 120 para o primeiro ano de execução e as demais pulverizadas nos 4 anos subsequentes.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base na análise detalhada das opções para a expansão da cobertura de licenças para gestão de acessos privilegiados (PAM) da ATI, concluímos que a aquisição e renovação de licenças, com prestação de suporte técnico e garantia de 60 meses, por meio de empresas especializadas, é uma solução altamente viável, trazendo benefícios significativos para a ATI.

Essa contratação garantirá ampla disponibilidade de licenças para diversos tipos de acesso, bem como continuidade do serviço com garantia e suporte técnico especializado durante todo o período de cobertura da garantia, ou seja, 60 meses.

Diante da avaliação técnica, operacional e econômica realizada, reafirmamos que a expansão do parque com mais licenças, garantia e serviço técnico da **Segura®** é a escolha mais econômica,

estratégica e vantajosa, para alcançar os objetivos pretendidos, bem como garantir suporte e cobertura para o crescimento esperado no número de máquinas virtuais para os próximos 05 anos.

Essa solução oferecerá disponibilidade e serviço contínuo, robustecendo a infraestrutura e segurança de TIC, em alinhamento com os objetivos e metas estratégicas da agência.

Considerando a necessidade de atender à demanda atual e projetada para os próximos cinco anos, com melhor controle e flexibilidade, entende-se que a formação de Ata de Registro de Preços (ARP) é a estratégia mais adequada para contratação. Essa modalidade permitirá à Administração realizar aquisições conforme a real demanda, otimizando os recursos públicos por meio de:

- **Melhoria da previsibilidade orçamentária e planejamento plurianual;**
- **Economia de escala, com preços padronizados e vantajosos;**
- **Agilidade no atendimento de necessidades emergenciais ou sazonais;**
- **Facilidade de adesão por outras unidades ou órgãos interessados, promovendo a eficiência na gestão pública.**

Dessa forma, a contratação da solução **Segura®**, por meio de Ata de Registro de Preços, revela-se a alternativa **mais viável sob os aspectos técnico, econômico, estratégico e operacional**, garantindo continuidade do serviço, ampliação de cobertura e conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

19. RESPONSÁVEIS

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
_____	_____

<p>Joaquim Ferraz</p> <p>Matrícula: 143161/01</p> <p>Analista em gestão de TIC - AGTIC</p> <p>Coordenação de Infraestrutura e Segurança Computacional - CIS</p> <p>Contato: (81) 3181-8014</p> <p>E-mail: joaquim.ferraz@ati.pe.gov</p> <p>Recife, 22 de Abril de 2026.</p>	<p>Fabiano Leal</p> <p>Matrícula: 129036/01</p> <p>Analista em gestão de TIC - AGTIC</p> <p>Gerência de Nuvem Governamental - GNG</p> <p>Contato: (81) 3181-8014</p> <p>E-mail: fabiano.leal@ati.pe.gov</p> <p>Recife, 22 de Abril de 2026.</p>
---	---

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

Ariano Neves

Matrícula: 144177/01
Diretor de Conectividade e Infraestrutura - DCI

Recife, 22 de Abril de 2026.

AGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Av Rio Capibaribe 147, - Bairro São José, Recife/PE - CEP 50020-080, Telefone: (81) 31818000

ANEXO D
QUADRO RESUMO

LOTE ÚNICO							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	586986-2	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DO CLUSTER DA SOLUÇÃO	UN	1	R\$ 419.767,17	R\$ 419.767,17
2	586987-0	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DOS USUÁRIOS DO MÓDULO BÁSICO DA SOLUÇÃO	UN	100	R\$ 10.026,96	R\$ 1.002.696,00

LOTE ÚNICO							
3	586988-9	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DOS SERVIDO RES FISICOS E VIRTUAIS	UN	7000	R\$ 139,88	R\$ 979.160,00
4	586990-0	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DOS EQUIPA MENTOS DE REDE	UN	160	R\$ 197,15	R\$ 31.544,00
5	586991-9	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DAS APLICAC	UN	50	R\$ 3.212,34	R\$ 160.617,00

LOTE ÚNICO							
			OES NAO CONTEIN ERIZADA S COM SENHA EMBUTI DA				
6	586992-7	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO PARA ACESSO REMOTO SEGURO	UN	50	R\$ 10.322, 36	R\$ 516.118, 00
7	586995-1	26972	SERVICO DE SUPORTE - DO TIPO ESPECIAL IZADO,N A SOLUCA O DE GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO	UN	60	R\$ 10.179, 79	R\$ 610.787, 40
							VALOR TOTAL R\$ 3.720.689,57

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0334.2026.AC-69.PE.0201.SAD.ATI
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90201/2026****ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da **AGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ATI)**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em **XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX**, neste ato representada pelo(a) **XXX (nome e cargo)**, portador da matrícula funcional nº **XXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90201/2026**, homologado através do Ato **XXXX**, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº **XXX**, com sede em **XXX**, neste ato, representada por **XXX**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a eventual prestação de serviços de **Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)**, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos serviços registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a AGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ATI), com os quantitativos estimados no quadro resumo do Termo de Referência.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a executar o(s) item(ns) de serviços registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE ÚNICO							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	586986-2	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DO CLUSTER DA SOLUÇÃO	UN	1		
2	586987-0	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE	UN	100		

LOTE ÚNICO							
			ACESSO PRIVILEGIADO DOS USUÁRIOS DO MÓDULO BÁSICO DA SOLUÇÃO				
3	586988-9	27472	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DOS SERVIDORES FÍSICOS E VIRTUAIS	UN	7000		
4	586990-0	27472	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DOS EQUIPAMENTOS DE REDE	UN	160		
5	586991-9	27472	LICENÇA DE USO	UN	50		

LOTE ÚNICO							
			DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DAS APLICAC OES NAO CONTEIN ERIZADA S COM SENHA EMBTI DA				
6	586992-7	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO PARA ACESSO REMOTO SEGURO	UN	50		
7	586995-1	26972	SERVICO DE SUPORTE - DO TIPO ESPECIAL IZADO,N A SOLUCA O DE GERENCI AMENTO	UN	60		

LOTE ÚNICO							
			DE ACESSO PRIVILEG IADO				
							VALOR TOTAL R\$

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em **22/04/2026 (Doc. SEI 85153911)**, mediante aplicação do **Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)**, calculado pelo IPEA, tendo em vista se tratar de bem/prestação de serviço de TIC, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 52.153/2022, justificado no Doc. SEI 86473410.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **XX** dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

7.8. A contratação individual de itens registrados em lotes de forma aglutinada somente será admitida se o edital previu critério de aceitabilidade dos preços unitários máximo e se for comprovada a vantajosidade da contratação mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

9.1.3. Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do **GERENCIADOR**, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.2. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

10.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

10.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

11.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

11.1.2. Não manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

11.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

11.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

11.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

11.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

11.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

12.1.1. não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

12.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

12.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

12.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

12.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3 desta Ata;

12.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

12.3.1. na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

12.3.2. nas infrações previstas nos itens **12.1.2.** e **12.1.3:** até 6 meses.

12.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

12.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item **12.1.1**, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens **12.1.2** e **12.1.3**.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

ÓRGÃO GERENCIADOR
DETENTORA DA ATA

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE
PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA
AGÊNCIA ESTADUAL DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ATI)
E A EMPRESA XXXXX, EM
DECORRÊNCIA DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90201/2026,
PROCESSO Nº 0334.2026.AC-
69.PE.0201.SAD.ATI:

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA XXXX OU A**
AUTARQUIA/FUNDAÇÃO XXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, com sede na
_____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste
ato representada pelo(a) _____
_____(nome e cargo), portador da
matrícula funcional nº **XXXXX**, no uso da competência conferida pelo
_____, e a empresa
_____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº
_____, sediada em _____,
representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada),
conforme **atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**,
doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o
presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente
outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº

14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a prestação de serviços **Gestão de Acessos Privilegiados (PAM)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da **CONTRATADA** e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

LOTE ÚNICO							
Item	Código E-Fisco	CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	586986-2	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO DO CLUSTER DA SOLUÇÃO	UN	1		
2	586987-0	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO GERENCIAMENTO DE ACESSO PRIVILEGIADO	UN	100		

LOTE ÚNICO							
			IADO DOS USUARIO S DO MODUL O BASICO DA SOLUCA O				
3	586988-9	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DOS SERVIDO RES FISICOS E VIRTUAIS	UN	7000		
4	586990-0	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DOS EQUIPA MENTOS DE REDE	UN	160		
5	586991-9	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA	UN	50		

LOTE ÚNICO							
			RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO DAS APLICAC OES NAO CONTEIN ERIZADA S COM SENHA EMBUTI DA				
6	586992-7	27472	LICENCA DE USO DE SOFTWA RE - DO TIPO GERENCI AMENTO DE ACESSO PRIVILEG IADO PARA ACESSO REMOTO SEGURO	UN	50		
7	586995-1	26972	SERVICO DE SUPORTE - DO TIPO ESPECIAL IZADO,N A SOLUCA O DE GERENCI AMENTO DE ACESSO	UN	60		

LOTE ÚNICO							
			PRIVILEGIADO				
							VALOR TOTAL R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90201/2026, PROCESSO Nº 0334.2026.AC-69.PE.0201.SAD.ATI** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 60 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que há interesse na manutenção dos serviços e de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

PARÁGRAFO QUARTO: O **CONTRATO** não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais

de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

PARÁGRAFO QUINTO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ XXX (XXX), sendo o valor mensal de R\$ XXX (XXX), conforme estabelecido na proposta, parte integrante deste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor global indicado é meramente estimativo e os pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão feitos conforme medições dos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Nota de empenho: **XXXXX**

Programa de trabalho: **XXXXX**

Fonte de recurso: **XXXXX**

Unidade Gestora: XXXXX

Elemento de Despesa: 4.4.90.40

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **22/04/2026 (Doc. SEI 85153911)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o **Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)**, calculado pelo IPEA, tendo em vista se tratar de bem/prestação de serviço de TIC, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 52.153/2022, justificado no Doc. SEI 86473410.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **CONTRATO**, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Prestar à **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Expedir ordem de serviço para o início da execução do **CONTRATO**, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da **CONTRATADA**;
- III. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, através de fiscal especialmente designado para este fim;
- V. Indicar, formalmente, o gestor do **CONTRATO** para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;
- VI. Encaminhar à **CONTRATADA** os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do **CONTRATO**, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- VII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.
- VIII. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.
- IX. Aplicar as sanções previstas na lei e neste **CONTRATO**;

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XII. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XIII. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

I. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;

II. Cumprir o cronograma de execução do **CONTRATO**;

III. Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do **CONTRATO**, os serviços nos quais se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da **CONTRATANTE**, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;

V. Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do **CONTRATO** de forma permanente;

VI. Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da **CONTRATANTE** quanto à anterior indicação;

VII. Atender às determinações regulares do fiscal do **CONTRATO** ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;

VIII. Relatar ao fiscal do **CONTRATO**, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

X. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do **CONTRATO**;

XI. Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste **CONTRATO**, com habilitação e conhecimento adequados;

XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIV. Não contratar, durante a vigência do **CONTRATO**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do **CONTRATO**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da **CONTRATANTE**;

XX. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no local indicado no Termo de Referência;

XXI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

XXII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;

II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;

III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do **CONTRATO** ou a **CONTRATANTE** está exposta;

IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo

tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, mediante solicitação;

VI. Permitir a realização de auditorias da **CONTROLADORA/CONTRATANTE** e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;

VII. Informar e obter a anuência prévia da **CONTROLADORA/CONTRATANTE** sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do **CONTRATO**;

VIII. Apresentar à **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE** e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

X. Comunicar formalmente e de imediato à **CONTROLADORA/CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

XI. Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente **CONTRATO**;

XII. Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;

XIII. Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste **CONTRATO**;

XIV. Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste **CONTRATO**, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

XV. Responsabilizar-se por prejuízos causados à **CONTROLADORA/CONTRATANTE** em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente **CONTRATO**;

XVI. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;

XVII. Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do **CONTRATO** ou após a satisfação da finalidade pretendida;

XVIII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIX. Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

XX. Manter bancos de dados formados a partir deste **CONTRATO** administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da **CONTRATANTE**, na qualidade de **CONTROLADORA**:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela **OPERADORA/CONTRATADA**;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

IV. Compartilhar com a **OPERADORA/CONTRATADA** as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela **OPERADORA/CONTRATADA**;

VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a **OPERADORA/CONTRATADA**, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;

VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de

compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX (nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do **CONTRATO** e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no **CONTRATO** e demais anexos do Edital;
- c) Reunir-se com o preposto da **CONTRATADA**, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do **CONTRATO**;
- d) Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste **CONTRATO**;
- e) Comunicar ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;

f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;

g) Solicitar à **CONTRATADA** justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;

h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela **CONTRATADA**, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;

i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

j) Comunicar ao gestor do **CONTRATO**, em tempo hábil, a iminência do término do **CONTRATO** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

k) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX (nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do **CONTRATO**;

c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à **CONTRATADA**;

d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;

- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, e atestadas pelo fiscal do **CONTRATO**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços executados serão objeto de medição mensal, devendo a **CONTRATADA** encaminhar, até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados, relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do **CONTRATO** no prazo de **15 (quinze)** dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do **CONTRATO** serão encaminhados ao

gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados.

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a **CONTRATADA**:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da **CONTRATADA**, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios

e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a **CONTRATANTE** comunicará à **CONTRATADA** o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e

da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	ICTI

I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$
---	--

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: fica estabelecido, nas condições do item 8.1.1. do Termo de Referência (Anexo I do edital): "Nos termos da Portaria Conjunta SAD/SEFAZ nº 80, de 24 de março de 2026, e considerando que, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, a instituição bancária contratada é o Banco Bradesco, para fins de recebimento dos valores decorrentes do contrato, a CONTRATADA deverá possuir conta corrente ativa junto à referida instituição, a qual deverá estar devidamente cadastrada no Sistema e-Fisco."

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATO** pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o **CONTRATO** não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do **CONTRATO**, desde que a notificação da **CONTRATADA** sobre a não-continuidade seja feita pelo **CONTRATANTE** com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do **CONTRATO**, a extinção se dará após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas

nos itens V a X da **CLÁUSULA OITAVA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos II e III da **CLÁUSULA OITAVA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da **CLÁUSULA OITAVA**.
- III. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no

inciso I da **CLÁUSULA OITAVA**, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos IV, XI e XVII da **CLÁUSULA OITAVA**;

V. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da **CLÁUSULA OITAVA**;

VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da **CLÁUSULA OITAVA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA OITAVA**;

VIII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da **CLÁUSULA OITAVA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas

nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste **CONTRATO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste **CONTRATO** poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-

fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I – Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula **XXX** do Contrato nº **XXX**;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0334.2026.AC-69.PE.0201.SAD.ATI**
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90201/2026**FOLHA DE ROSTO**

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário

de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME RANGEL DE CARVALHO**, Agente de Contratação e matrícula **4725085**, em 14/05/2026, às 12:41.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **3f736966-87ff-48b4-868a-fa7dd8b3bde1**
